

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR – DESAL

EDITAL

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR – DESAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº029/2024– DESAL

OBJETO: Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS**, para atenderem aos setores de produção e obra internas e externas, com entrega **CIF (Custo, Seguro e Frete de Responsabilidade do Fornecedor)**, conforme especificado no item 03 do Termo de Referência.

SESSÃO PÚBLICA

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: dia 22/07/2024 às 08:00 horas;

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 23/07/2024 às 08:00 horas;

SESSÃO DE DISPUTA DOS PREÇOS: 23/07/2024 às 10:00 horas.

HORÁRIO: (horário de Brasília – DF)

LOCAL: www.licitacoes-e.com.br,

DÚVIDAS SOBRE O EDITAL E PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS: Os pedidos de esclarecimento acerca do presente Edital deverão ser encaminhadas à COPEL, em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail desalcopel@salvador.ba.gov.br, devendo ser informados, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº **029/2024 – DESAL**). As respostas serão divulgadas no Portal de www.licitacoes-e.com.br, e no endereço www.desal.salvador.gov.br.

CRÍTICAS, RECLAMAÇÕES E DENÚNCIAS: Críticas, reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela **DESAL** de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à **DESAL**, por meio do endereço eletrônico desalcopel@salvador.ba.gov.br

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR - DESAL**, adiante denominada simplesmente como “**DESAL**”, sociedade de economia mista do Município de Salvador, Estado da Bahia, com sede na BR 324, Km 8,5 – sentido Salvador/Feira de Santana, CEP 41.233.030, Porto Seco Pirajá, Salvador/BA, por

intermédio de sua Comissão Permanente de Licitação - COPEL, designada pela **Portaria n.º 015/2024**, torna público, para conhecimento dos interessados, que está aberta licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tendo por critério de julgamento o **MENOR PREÇO GLOBAL**, em **Lote Unico**, a ser realizada em sessão pública, por meio do sistema eletrônico “licitacoes-e”, constante da página eletrônica do Banco do Brasil S/A, observando-se as condições estabelecidas neste Edital e nos Anexos que o integram.

1. REGÊNCIA LEGAL

1.1. Os procedimentos da licitação serão regidos pela Lei Federal nº 13.303/2016, pela Lei Complementar nº 123/2006 e no Decreto Municipal nº 36.784/2023, no que couber.

2. OBJETO

2.1. Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS**, para atenderem aos setores de produção e obra internas e externas, com entrega **CIF (Custo, Seguro e Frete de Responsabilidade do Fornecedor)**, conforme especificado no item 03 do Termo de Referência.

2.2. Havendo divergência entre as informações constantes do registro da licitação no “licitações-e” e as constantes deste Edital e de seus Anexos, prevalecerão as constantes nestas últimas.

3. PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos e pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto licitado.

3.2. Os interessados poderão participar do procedimento licitatório por intermédio de sua matriz ou filial, desde que cumpram as condições exigidas neste Edital e seus Anexos.

3.3. Estará impedido de participar deste Pregão o interessado que:

- I –** tenha sofrido decretação de falência ou dissolução;
- II –** se enquadre em alguma das vedações previstas na Lei nº 13.303/2016, notadamente em seu art. 38;
- III –** esteja organizado sob a forma de consórcio;
- IV -** às demais pessoas que tenham sido alcançadas pelas vedações fixadas pelo Decreto Municipal nº 23.781 de 16 de janeiro de 2013, que veda o nepotismo no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal direta e indireta, ou outra norma que venha a substituí-lo.

4. CADASTRO E ANEXO DE PROPOSTA

Os interessados em participar deste Pregão deverão, até a abertura da sessão pública, cadastra-se e anexar proposta, podendo também anexar todo documento de habilitação no www.licitacoes-e.com.br, preenchendo os campos relativos:

4.1. CADASTRO

I – à descrição do objeto ofertado com o seu valor global ofertado.

a) a inclusão de qualquer dado que **identifique** o Licitante no momento do cadastro acarretará sua desclassificação;

4.1.1. ANEXO DE PROPOSTA

a) caberá à interessada em participar do Pregão, na forma eletrônica, remeter (anexar), no prazo estabelecido, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, a proposta e, quando for exigido neste edital, também os seus anexos de planilhas e composições.

II – ao valor global ofertado, de acordo com as seguintes orientações:

a) devem estar incluídas no referido valor todas as despesas e custos, diretos e indiretos (tais como tributos, encargos sociais e trabalhistas, contribuições, transporte, viagens, seguro e insumos), necessários ao cumprimento integral do objeto a ser contratado;

b) o valor deverá ser expresso em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais;

III – a quaisquer outras informações/declarações que venham a ser requeridas pelo sistema.

4.2. A proposta deverá ter validade não inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data da abertura da sessão pública.

4.3. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital.

4.4. O cadastro da proposta no sistema implica a aceitação integral e irretratável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.

4.5. O Licitante poderá retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.6. A licitante deverá obrigatoriamente constar no sistema licitações-e, no campo “informações adicionais” toda descrição do objeto do certame conforme termo de referência (anexo I) da licitação, como também anexar carta proposta de preço podendo utilizar o modelo do anexo II deste edital, sob pena de desclassificação.

a) caberá à licitante acompanhar no sistema eletrônico do Banco do Brasil, todas as fases externas do pregão - da disponibilização até a sua adjudicação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens e atos do Pregoeiro registrados no sistema eletrônico, bem como pela sua desconexão.

b) a licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras as propostas e lances.

5. PROCEDIMENTO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS, HABILITAÇÃO E FASE RECURSAL

5.1. O Pregão eletrônico observará o seguinte procedimento:

I - O modo de disputa adotado é o **aberto e fechado**, assim definido no inciso II artigo 21 do Decreto Municipal nº 36.784/2023:

II – Na data e no horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será aberta por comando do Pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha;

III - A licitante deverá encaminhar, exclusivamente por meio do sistema, proposta anexos de planilhas e composições quando forem exigidos neste Edital, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, quando então encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

IV - A licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do Edital.

V – O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que:

a) não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos;

b) apresentar valor simbólico, irrisório ou de valor zero, incompatível com os praticados no mercado e com os custos estimados para a execução do objeto.

c) O Pregoeiro deverá suspender a sessão pública do pregão quando constatar que a avaliação da conformidade das propostas, irá perdurar por mais um dia.

d) Após a suspensão da sessão pública, o Pregoeiro enviará, via chat, mensagens às licitantes informando a data e horário previstos para o início da oferta de lances.

5.2 – É parte integrante da proposta;

a) Carta Proposta de acordo com o modelo apresentado no Anexo II

VII - O portal eletrônico ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lance;

I - Classificadas as propostas, o Pregoeiro dará início à **fase competitiva**, quando então os Licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do portal eletrônico, observando-se o seguinte:

a) Os lances deverão ser formulados considerando o valor global do objeto ofertado;

b) No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

- c)** Encerrado o prazo previsto de quinze minutos, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.
- d)** Encerrado o prazo de até dez minutos, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.
- e)** Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o lance final e fechado, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.
- f)** Encerrados os prazos estabelecidos nas alíneas **d** e **e**, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- g)** Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos das alíneas **d** e **e**, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.
- h)** Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto na alínea **g**.
- i)** o Licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo portal eletrônico;
- j)** Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema eletrônico;
- k)** lances simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os praticados no mercado e com os custos estimados para execução do objeto serão excluídos do sistema pelo Pregoeiro;
- IX** - Durante a sessão pública na internet, os Licitantes serão informados, em tempo real, do valor do lance registrado, vedada a identificação do Licitante;
- X** – No caso de desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, se o sistema permanecer acessível aos Licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- XI** - Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após comunicação prévia e expressa aos Licitantes no próprio sistema eletrônico;

XII - Para **julgamento e classificação das propostas** será adotado o critério de **menor preço global**, observados, quando for o caso, os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no Edital;

XIII - Encerrada a etapa competitiva por meio da apresentação de lances, será verificada a incidência de eventual direito de preferência a ser concedido a Licitante enquadrada na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, observado o procedimento constante nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006 e às seguintes condições:

a) o sistema convocará a microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada para, no prazo de até 5 (cinco) minutos ofertar valor inferior ao melhor lance;

b) na hipótese de a microempresa ou a empresa de pequeno porte deixar de ofertar valor inferior, o sistema convocará as microempresas ou empresas de pequeno porte remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) na hipótese de todas as microempresas ou empresa de pequeno porte deixarem de ofertar valor inferior, o Pregoeiro convocará o Licitante ofertante do melhor lance, dando-se prosseguimento à sessão pública;

d) na hipótese de a microempresa ou empresa de pequeno porte ofertar valor inferior ao melhor lance, o Pregoeiro a convocará, dando prosseguimento à sessão pública;

e) o Pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento do Licitante na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte;

f) o Licitante que se declarar microempresa ou empresa de pequeno porte para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006 e não possuir tal condição ficará sujeito à desclassificação, sem prejuízo da responsabilização em outras esferas.

XIV - Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública na internet, o Pregoeiro deverá encaminhar, pelo portal eletrônico, contraproposta ao Licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta;

a) a negociação será realizada por meio de portal eletrônico, podendo ser acompanhada pelos demais Licitantes;

XV - Encerrada a etapa de lances, o Licitante ofertante do melhor lance deverá apresentar a **proposta**, adequadas ao lance final ofertado, podendo ser utilizado o modelo de proposta constante do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital e todos os documentos exigidos para **habilitação, no prazo máximo de até 02 (duas) horas**, contadas a partir do encerramento da etapa de lances de cada lote, prorrogável por igual período, mediante a justificativa, com os valores atualizados em conformidade com os lances eventualmente ofertados, e, se necessário, dos documentos complementares, através do sistema eletrônico licitações-e **sob pena de**

desclassificação. Havendo necessidade o pregoeiro poderá solicitar o envio dos documentos através do email desalcopel@salvador.ba.gov.br e/ou desalcopel@gmail.com, o que deverá ser atendido pelo arrematante no prazo determinado no ato da solicitação **sob pena de desclassificação.**

XVI – Se o licitante incluir documentos de habilitação juntamente com o cadastro da proposta antes da sessão de lances abrirá mão do direito a apresentação de documento de habilitação juntamente com a proposta ajustada ao lance final, conforme previsto no item XV deste edital, tendo em vista que encerrado a etapa de lances os documentos ficarão disponíveis para verificação do pregoeiro e após a apresentação dos documentos de habilitação, fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência.

XVII - Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que, por sua natureza, não contenham validade, e deverão ser apresentados em cópia autenticada por tabelião de notas ou publicação em órgãos da imprensa oficial, não sendo aceitos “protocolos” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos neste edital.

XVIII - Somente haverá necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante a apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

XVIX – A proposta e seus anexos deverão observar o seguinte:

- a)** ser emitida em papel timbrado que identifique a Licitante;
- b)** redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com clareza, sem emendas, rasuras ou entrelinhas;
- c)** datada e assinada por seu Representante Legal ou Procurador, com indicação de número da cédula de identidade, do respectivo órgão emissor, número do CPF e cargo por ele ocupado na empresa;
- d)** incluir as seguintes informações do Licitante: a) nome; b) endereço completo com CEP; c) número do CNPJ; d) números de telefone e de e-mail, para contato;
- e)** conter planilha de preços que indique os valores unitários, totais e global do objeto licitado, conforme modelo constante do Anexo II (Modelo de Proposta) deste Edital;
- f)** Os valores ofertados na proposta deverão ser expressos em Real (R\$) e com 2 (duas) casas decimais;
- g)** No preço constante na proposta deverão estar incluídos todos os materiais e consumíveis necessários à fabricação, objeto desta licitação, bem como abranger as despesas e custos da licitante referentes à mão-de-obra, utilização de equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas, deslocamento e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com o objeto da proposta, bem como o lucro da proponente, ficando esclarecido que o Contratante não admitirá

alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.

h) Todas e quaisquer facilidades, capacidades ou serviços disponíveis na prestação do serviço ofertado, que não constem nos requisitos desta especificação técnica, deverão ser descritos em detalhe. Tais informações adicionais não constituirão critérios de pontuação e não terão qualquer interferência no julgamento das propostas.

XX - Como condição para aceitação da proposta, a Equipe Técnica da **DESAL** poderá, se julgar necessário, efetuar visita técnica e/ou solicitar a validação das informações junto ao fabricante;

XXI – Na análise e julgamento da proposta o Pregoeiro poderá, justificadamente, sanar erros ou falhas que não alterem a substância da proposta (vícios sanáveis), atribuindo-lhe validade e eficácia, rejeitando aquela:

a) que possuir vícios insanáveis, que de alguma maneira altere o valor global da proposta;

b) que não atender às exigências deste Edital e de seus Anexos;

c) cujo valor global for superior ao limite estabelecido;

d) cujos valores unitários ou global forem inexeqüíveis, observado o disposto no subitem **XXII deste Edital**; ou

e) cujos valores unitários forem considerados excessivos, nos termos do disposto no subitem **XXIII deste Edital**.

XXII - Havendo indícios de inexequibilidade dos valores ofertados, poderá ser instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro: **a)** comprovar sua exeqüibilidade; ou **b)** ajustar os valores ofertados;

XXIII - Havendo indícios de excessividade dos valores unitários ofertados, poderá ser instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro: **a)** apresentar justificativas para os valores ofertados; ou **b)** reduzir os valores unitários que tenham apresentado indícios de excessividade.

XXIV – Os documentos apresentados pelo Licitante ofertante da melhor proposta, a título de ajuste dos valores ofertados ou de comprovação de sua exeqüibilidade ou não-excessividade, serão encaminhados para análise da Equipe Técnica da **DESAL** a fim de que possa emitir o competente parecer;

XXV – se a proposta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

XXVI – Aceita a proposta, o Pregoeiro passará à **fase de habilitação**. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo Licitante classificado em primeiro lugar.

XXVII – Em caso de inabilitação, serão requeridos e avaliados os documentos de habilitação dos Licitantes subseqüentes, por ordem de classificação.

XXVIII – Para a **habilitação jurídica** será exigida a seguinte documentação:

- a) cédula de identidade e CPF do representante legal;
- b) registro comercial, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais sendo que, no caso de sociedade por ações, deverá se fazer acompanhar da ata de eleição de seus administradores;
- d) inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;
- e) decreto de autorização ou equivalente, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente quando a atividade assim o exigir.

XXIX – Para a **qualificação técnica** será exigida a seguinte documentação:

- a) O licitante deverá comprovar experiência anterior através de 01 (um) ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito publico ou privado, declarando que o licitante esteja fornecendo ou forneceu, satisfatoriamente, os materiais pertinentes e compatíveis com objeto desta licitação, que permita o ajuizamento da capacidade de atendimento.

XXX – Para a **capacidade econômico-financeira** será exigida a seguinte documentação:

- a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, contendo a certidão de regularidade profissional do contador que o elaborou, conforme Resolução CFC 1403/2012 do Conselho Federal de Contabilidade, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- c) capital social correspondente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor estimado para o lote ou comprovação de patrimônio líquido no montante mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para cada lote disputado, comprovado pelo Balanço Patrimonial do último exercício social admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

d) comprovado pelo Balanço Patrimonial do último exercício social admitida a atualização para a data de apresentação da proposta, através de índices oficiais.

e) prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

XXXI – O balanço patrimonial deverá estar acompanhado de cópia do termo de abertura e de encerramento, extraído do Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial. Para as Sociedades Anônimas e outras companhias obrigadas à publicação de Balanço na forma da Lei nº 6.404/1976, serão exigidas cópias das seguintes publicações: a) balanço patrimonial; b) demonstração do resultado do exercício; c) demonstração dos Fluxos de Caixa e do Valor Acionado; d) demonstração das mutações do Patrimônio Líquido; e) Notas Explicativas do balanço.

XXXII - A Licitante deverá também apresentar os cálculos dos seguintes índices, para avaliação da boa situação financeira da empresa:

$$ILG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP} > \text{ou} = 1,00, \text{ onde:}$$

ILG = Índice de liquidez Geral

AC = Ativo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

PC = Passivo Circulante

ELP = Exigível a Longo Prazo.

XXXIII - O atendimento aos parâmetros de habilitação exigidos por este Edital poderá ser comprovado, no que couber, por meio do Cadastro Unificado de Pessoas Físicas ou Jurídicas do Município de Salvador – CADFOR, regulamentado pelo Decreto Municipal nº 15.984 de 12 de setembro de 2005.

XXXIV – Se o Licitante não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro convocará o próximo colocado, observadas as disposições relativas à preferência para microempresas e empresas de pequeno porte;

XXXV - Após a aferição da regularidade dos documentos de habilitação, bem como da regularidade da proposta de preços da Licitante detentora de melhor preço, a comissão poderá solicitar a apresentação de catálogo e/ou amostra dos materiais ofertado, para avaliação técnica, o que deverá ser atendido no prazo previsto na solicitação.

XXXVI – Constatado o atendimento de todos os requisitos de habilitação, o Licitante será declarado vencedor, hipótese em que qualquer Licitante poderá, **durante o prazo de 24 horas**, de forma imediata, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção em recorrer. A ausência de manifestação imediata dentro do prazo citado acima e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer, importará na decadência desse direito, e o pregoeiro estará autorizado adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor;

a) Não serão acolhidas intenções de recorrer que não esteja no campo apropriado do sistema, campo RECURSO.

b) Não serão acolhidas intenções de recorrer anterior a declaração de vencedor.

XXXVII – As razões do recurso de que trata o item XXXV acima, deverão ser apresentadas no prazo de **03 (três) dias úteis**. Os demais Licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

XXXVIII – Não serão conhecidos os recursos apresentados após os respectivos prazos legais sob alegação de direito de petição e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente, nem recursos enviados via fax.

XXXIX – O recurso deverá ser encaminhado pelo Pregoeiro à autoridade competente contendo um breve relatório dos pontos controvertidos indicados no recurso e nas contrarrazões, contendo posição do pregoeiro sobre os pontos controvertidos. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XL – A sessão pública somente será encerrada depois de declarado o vencedor e transcorrido o prazo para manifestação de intenção de recorrer, momento em que será disponibilizada, pelo sistema, a Ata da Sessão Pública contendo todos os atos praticados durante a sessão.

Definido o Licitante vencedor, o objeto licitado lhe será adjudicado, estando a licitação sujeita à homologação pela Autoridade Competente, que analisará a conveniência e oportunidade da contratação, bem como a legalidade dos atos praticados.

XLI- A qualquer tempo, a licitação poderá ser revogada ou anulada, nos limites previstos pela Lei nº 13.303/2016.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. O contrato terá prazo de vigência de **06 (seis) meses**, contados da data da sua assinatura.

6.2. Homologada a licitação, a **DESAL** convocará o vencedor do certame por e-mail ou carta para, **em até 5 (cinco) dias úteis**, assinar o Contrato, por seu Representante Legal, observada minuta constante do Anexo III (Minuta de Contrato) deste Edital, sob pena de lhe ser aplicada a penalidade prevista no art. 75, da Lei nº 13.303/2016.

6.3. O prazo previsto para a assinatura do Contrato poderá ser prorrogado, por igual período, quando solicitado pelo Licitante vencedor durante o respectivo transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela **DESAL**.

6.4. Como condição de celebração do contrato, a Licitante vencedora deverá estar em situação regular fiscal e trabalhista, inclusive com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e com a Seguridade Social;

6.5. Na hipótese de não atendimento ao item **6.4** a sessão pública será retomada para que o Pregoeiro providencie a exclusão do Licitante da licitação, convocando, em seguida, o próximo colocado, observadas as disposições relativas à preferência para microempresas e empresas de pequeno porte.

7. SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será permitida, na execução do contrato, a subcontratação.

8. VALOR ESTIMADO

8.1. O valor global estimado para esta licitação será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016, e assim perdurará, até a fase da negociação, a que se refere o art. 51, VI da mencionada Lei.

9. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas para a execução deste Contrato correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da **CONTRATANTE**, pela Classificação Orçamentária: Subação 201000 - Natureza da Despesa 33.90.30 Fonte Tesouro.

10. GARANTIA DO PRODUTO

10.1. A garantia será de 6 (seis) meses, contados do recebimento dos bens, salvo se a proposta previr prazo maior.

10.2. A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para a DESAL e será prestada sob responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quando for necessário o transporte de bens ou ainda o traslado e a hospedagem de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

10.3. A **CONTRATADA** deverá solucionar todos os vícios e defeitos apresentados pelos bens, dentro do período de garantia, mediante solicitação do Gestor (por e-mail ou correspondência), podendo substituí-los por outros bens, novos e perfeitos, que atendam às mesmas especificações estipuladas neste Termo de Referência.

11. SANÇÃO ADMINISTRATIVA

11.1. A Licitante vencedora sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Nº 13.303/2016, Decreto Nº 36.784/2023 no que couber e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **DESAL**, sem prejuízo das demais cominações legais, nas situações a seguir:

11.1.1. ADVERTÊNCIA: sempre que o ato praticado não tenha acarretado danos à **DESAL**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não justifique a imposição de penalidade mais gravosa.

11.1.2. MULTA:

I. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou empenho, a depender do prejuízo causado à Administração Pública, quando a Licitante vencedora:

- a) deixar de atender às especificações e quantidades dos serviços, previstas no Edital e seus anexos, Contrato ou instrumento equivalente;
- b) paralisar o fornecimento do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à **DESAL** sobre o valor do Contrato ou empenho;

II. De 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou empenho, nos casos em que a Contratada:

- a) Alterar qualitativa e/ou quantitativamente os serviços fornecidos;
- b) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou do Contrato, apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos nos procedimentos licitatórios, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

III. Nos casos de retardamento imotivado:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer das obrigações do Contrato, sobre o valor do Contrato;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta pela recusa da adjudicatária em assinar o Contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de atraso superiores a 30 (trinta) dias, com a conseqüente rescisão do Contrato.

11.1.3. Impedimento para licitar e contratar:

I. Ficará impedido de licitar e de contratar com a DESAL e com o Município de Salvador, pelo prazo de até três anos, bem como, será descredenciado do sistema de cadastro municipal por igual prazo, e será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) declarar informações falsas; e
- f) cometer fraude fiscal.

11.2. As penalidades indicadas nesta cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla

defesa, facultada à Licitante vencedora a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

11.3. Contra a decisão de aplicação de penalidade, a Licitante vencedora poderá interpô-lo recurso cabível, na forma e prazo previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **DESAL**.

11.4. A imposição de penalidade prevista nesta cláusula não impede a rescisão do Contrato pela **DESAL**, nos termos da legislação aplicável e do respectivo contrato.

11.5. A multa prevista nesta cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

11.6. A multa aplicada à Licitante vencedora e os prejuízos à **DESAL** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

11.7. O total das multas aplicadas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do contrato ou empenho.

12. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

12.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, no prazo de até **02 (dois) dias úteis** anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública.

12.2. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação em **24 (vinte e quatro) horas**.

12.3. A impugnação deverá ser encaminhada à COPEL da **DESAL**, pelo e-mail desalcopel@salvador.ba.gov.br, devendo ser informado, no campo “assunto”, a modalidade e o número da licitação (Pregão Eletrônico nº 029/2024 - **DESAL**).

12.4. Acolhida a impugnação contra o edital e havendo a incidência na hipótese prevista no art. 15 do Decreto Municipal nº 36.784/2023, será definida e publicada nova data para realização do certame.

12.5. A ata de julgamento de impugnação será divulgada no portal eletrônico www.licitacoes-e.com.br, para ciência de todos os interessados.

12.6. A **DESAL** reserva-se o direito de alterar os termos deste Edital. A alteração que afetar a formulação das propostas implicará a reabertura do prazo para a apresentação das mesmas.

12.7. É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

12.8. O valor global estimado para esta licitação será sigiloso, nos termos do art. 34 da Lei nº 13.303/2016, e assim perdurará, até a fase da negociação, a que se refere o art. 51, VI da mencionada Lei.

12.9. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas visando à ampliação da disputa entre os Licitantes, à obtenção da proposta mais vantajosa, desde que não comprometam os interesses da **DESAL**, bem como à finalidade e à segurança da contratação.

12.10. Os documentos apresentados pelos Licitantes que forem redigidos em idioma estrangeiro deverão ser acompanhados da respectiva tradução simples.

12.11. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e em seus Anexos observar-se-á o que segue:

I – excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento;

II – os prazos somente serão iniciados e vencidos em dias de expediente na **DESAL**.

12.12. Na ocorrência de qualquer fato superveniente ou na hipótese de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe será observado o seguinte:

I – se o fato impedir a realização de sessão pública na data marcada, a referida sessão será adiada;

II – os prazos que estiverem em curso serão suspensos, voltando a correr assim que a situação estiver normalizada.

12.13. O andamento da licitação poderá ser acompanhado por qualquer interessado no www.licitacoes-e.com.br, e no endereço eletrônico www.desal.salvador.gov.br.

12.14. Integram o presente Edital os seguintes Anexos:

ANEXO I - Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 029/2024 - DESAL

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Minuta do Contrato;

ANEXO IV – Dados para assinatura do contrato;

ANEXO V - Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º, da CF/88;

ANEXO VI – Declaração de inexistência de superveniência de fato impeditivo à participação em licitações públicas;

ANEXO VII – Declaração de elaboração independente de proposta;

ANEXO VIII – Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO IX - Declaração de Inexistência de Impedimentos Constantes do art.38 da lei 13.303/2016.

12.15. Fica eleito o Foro da cidade de Salvador/BA para solucionar eventuais litígios, afastado qualquer outro, por privilegiado que seja.

Salvador/BA, ____ de ____ de ____.

LÍVIA IRACEMA SILVA DOS SANTOS

Presidente da COPEL

ANEXO I

Processo - DESAL/GERAD | Nº 132503/2024



ANEXO 2 DO TRAMITE 1



Companhia de
Desenvolvimento Urbano
de Salvador

TERMO DE REFERÊNCIA Aquisição de Bens Comuns

1. OBJETO

1.1. Aquisição de FERRAMENTAS MANUAIS para atenderem aos setores de produção e obra internas e externas, conforme especificado no item 3 neste Termo de Referência.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Suprir as necessidades dos setores de obras e produção da DESAL, garantindo um estoque para atendimento às demandas por período há 06 meses.

3. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO E DAS PARCELAS TÉCNICAS OU ECONOMICAMENTE RELEVANTES (ART. 58, II DA LEI 13.303/2016)

ITEM	QUANT	UND	DISCRIMINAÇÃO
01	10	pç	Alicate universal para eletricista 8" com cabo isolado - 1000V
02	30	pç	Arco de serra 12 profissional em alumínio
03	500	pç	Balde Pedreiro Plástico Preto 12 Litros
04	100	pç	Carro de mão completo 60lt, caçamba reforçada de aço 1,5mm e varal fabricado em tubo de aço 1,5mm - carga máxima 150Kg
05	50	pç	Cavadeira articulada grande com cabo de madeira - Tamanho: 1,50m - Concha parafusada
06	50	pç	Cavadeira articulada pequena com cabo de madeira - Tamanho: 1,10m - Concha parafusada
07	20	pç	Cadeado em Latão maciço e Aço carbono de 25mm
08	15	pç	Cadeado em Latão maciço e Aço carbono de 40mm
09	15	pç	Cadeado em Latão maciço e Aço carbono de 50mm com chave tetra
10	100	Pç	Colher de pedreiro 8" Pol - Corpo forjado em aço Carbono - Cabo em madeira - Canto vivo
11	150	pç	Desempenadeira PVC 18x30, corrugada para pedreiro
12	40	pç	Enxada norte larga com cabo cônico e cabeça grossa
13	30	pç	Escova de aço profissional 5 X 32 fileiras c/ alça dupla
14	100	pç	Espátula para pintura 8", com cabo de madeira
15	15	pç	Esquadro de alumínio com 30cm
16	20	pç	Facão 16", lâmina de aço com fio liso e cabo em polipropileno
17	10	pç	Formão chanfrado 7/8 pol"
18	200	pç	Lápis para carpinteiro
19	50	un	Linha de nylon para pedreiro 100% nylon - Espessura 0,8mm - Rolo de 100m
20	30	pç	Jogo De Chave Combinada de 6 X 22 Mm com 12 Peças
21	5	pç	Marreta de Ferro 5KG
22	40	Pç	Martelo unha 27 mm
23	150	Pç	Pá quadrada com cabo de madeira - Altura:29cm - Largura da ponta da pá: 24,5cm - Cabo: 1,20m
24	50	Pç	Picareta alvião com cabo de madeira de 90cm
25	30	pç	Pá de Bico com cabo N5 Cabo Y
26	50	Pç	Sarrafo de alumínio para pedreiro com 3m(Régua)
27	20	pç	Sacho Coração 30 Cm
28	10	pç	Sérrote para madeira profissional 22'
29	30	Pç	Talhadeira 5/8x10

Intido Gomes Vieira
Gerente Geral

E

Antônio Matheus Pinheiro
Gerente Geral - DESAL
Matr.: 31.37529

Edson Alencar Santos
Chefe de Departamento
Matr.: 31.37186

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

3

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

3.1 - Especificações do Objeto:

- Item 1



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

ALICATE UNIVERSAL, conforme certificado ISO e norma ABNT NBR 9699

Descrição do Produto:

- Alicete isolado universal IXX NBR 9699
- Produzido em aço vanádio e empunhadura em polímero;
- Possui acabamento escurecido e faces lisas;
- Tratamento térmico e corte temperado por indução com dureza de 62 - 65 HRC;
- Permite cortar, puxar, segurar e dobrar fios;
- Indicado para cortar todos os tipos de arame;
- Para arame com dureza média, diâmetro máximo de 1,6mm e resistência à tração de 1600 N/mm²;
- Segue as normas: DIN ISO 5746, NBR9699, NR10.

Especificação Técnica

- Material: Aço Vanádio;
- Material da Empunhadura: Polímero;
- Norma: DIN ISO 5746, NBR9699, NR10;
- Comprimento: 217mm;
- Comprimento do mordente: 43,6mm;
- Abertura: 6,5mm;
- Dureza média e resistência à tração 1600 N/mm²; 1,6mm;
- Peso: 0,395kg;
- Modelo: 029.400;

Especificações

Medida: 8"

Tipo: Universal

- Item 2



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Descrição do Produto:

Medida da Lâmina 12"
Altura (cm)2
Largura (cm)13
Profundidade (cm)45
Peso Bruto (kg)0,459

Handwritten signature: João Gomes Vieira
João Gomes Vieira
Gerente Operacional

Handwritten signature: Antônio Mathias Mourado
Antônio Mathias Mourado
Gerente de Obras
Mat.: 3187529

Handwritten signature

Handwritten signature

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

4

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

- Item 3



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Tipo Balde
Cor Preto
Capacidade em volume 12 l
Material: Plástico

Item 4



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Carrinho de mão 60 litros, conforme norma ABNT NBR 16269

Descrição do Produto

Carrinho de mão extraforte, aliado com um ótimo acabamento. Direcionado para uso geral, principalmente para construção civil, no transporte de ferramentas, materiais diversos, como terra, argamassa ou entulhos. Fabricado segundo norma ABNT NBR 16269.

• Informações Gerais:

O carrinho de mão é fabricado através de processos altamente tecnológicos, que garantem alta resistência, excelente qualidade e bom acabamento ao produto.

O carrinho de mão é produzido a partir de matérias-primas de alta qualidade.

Possui propriedades especiais de estampagem, tornando as caçambas mais resistentes e duráveis.

Acabamento com pintura eletrolítica a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação.

Empunhaduras ergonômicas.

Borda reforçada.

Eixo em aço de alta resistência e bucha em nylon autolubrificante.

Caçamba metálica reforçada de 1,5mm (chapa 20), com capacidade para 60 litros.

Braço metálico tubular de 1,5mm.

Pneu maciço 3,0/8"

Carga máxima 150Kg.

- Item 5 e 6



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Cavadeira articulada com cabo de madeira, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

- Cavadeira articulada
- A cavadeira articulada é utilizada na agricultura, jardinagem e construção civil, para cavar e retirar a terra numa única operação.
- Comprimento das garras: 28cm
- Comprimento total da cavadeira: 1,50 m e 1,10 m
- Concha Parafusada

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

Antônio Matheus Dourado
Gerente de Licitação - DESAL
CPF: 043.97529

Felton M. P. S. S. S.
Gerente de Licitação - DESAL
CPF: 043.97529

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

- Item 7 E 8



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Descrição do Produto:
Corpo em latão
Haste em aço
Design tradicional
Embalagem em blister

- Item 9



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Descrição do Produto:
Corpo em latão
Haste em aço
Design tradicional
Embalagem em blister
Chave: Tetra

Item 10



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Colher de Pedreiro, conforme certificado Iso e norma ABNT NBR

Descrição do Produto:

Uso Indicado para mistura de argamassa, assento de blocos, chapisco e rebocos

Produto: Colher de Pedreiro

Modelo: Canto Vivo

Dimensão em Polegadas: 8"

Acabamento do Cabo: Envernizado

Possui Cabo: Sim

Dureza: 45A55HRC

Forma Construtiva: Forjado

Formato: Canto Vivo

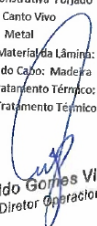
Material: Metal

Tipo de Material da Lâmina: Aço Carbono

Material do Cabo: Madeira

Possui Tratamento Térmico: Sim

Tipo de Tratamento Térmico: Temperado Revenido


Jaldo Gomes Vieira
Diretor Operacional


Antônio Matheus Dourado
Gerente de Compras DESAL
Mat.: 9137529



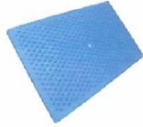
Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

6

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

Item 11



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Desempenadeira PVC 18 x 30 corrugada, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Desempenadeira em PVC é indicada para preparação, nivelamento e acabamento em superfícies com massa grossa ou fina.

- Desempenadeira em PVC
- Lisa corrugada
- Medida: 18 x 30cm

- Item 12



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Enxada norte larga com cabo cônico e cabeça grossa, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

A Enxada fabricada exclusivamente com madeiras tratadas e de alta resistência, o que confere maior durabilidade ao produto e segurando durante o manuseio.

Características:

Tamanho: 2,5lb

Dimensão (C x L x A): 24 x 30 x 124 cm

Peso aproximado (kg): 1,840

Cabo em Madeira Maciça

Lâmina em Aço Forjado Temperado

Fabricados exclusivamente com madeiras tratadas e de alta resistência

Maior durabilidade

Lâmina afiada

Reforço anti-deformidade.

- Item 13



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Escova de aço profissional 5 X 32 fileiras c/ alça dupla

Descrição do Produto:

Corpo em plástico

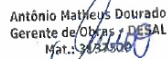
Possui 5 carreiras com cerdas de aço.

Possui o furo na extremidade do cabo.

Alça dupla ergonômica com revestimento de borracha, proporcionando maior conforto.

Utilizada em serviços de rasagem de parede, remoção de ferrugem e tintas, serviços de solda e limpeza em geral.


Jairo Gomes Vieira
Diretor Operacional


Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Mat.: 363.3500



Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

7

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

- Item 14



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Espátula para pintura 8", com cabo de madeira

Descrição do Produto:

- Espátula Fabricada em Aço Inoxidável;
- Cabo Fabricado em madeira;

Indicação de Uso:

- Ideal para raspagem e aplicação de gesso, massa corrida e massas de textura.

- Item 15



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Esquadro de alumínio com 30cm, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

- Esquadro com cabo e corpo em alumínio
- Graduação em milímetros e polegadas.
- Tamanho: 30 cm

- Item 16



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Facão de 16", lâmina de aço com fio liso e cabo em polipropileno, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Facão para mato é fabricado em aço com alto teor de carbono, proporcionando resistência mecânica. Indicado para uso geral, pode ser utilizado na colheita de coco, palmito e cacau. Ideal para atividades agrícolas e cortes eficientes na mata.

- Características:

Comprimento da lâmina do facão: 16"
Material do cabo do facão: plástico
Facão para mato
Para uso geral

Jaldo Gomes Vieira
Diretor Operacional

Antônio Mathias Dourado
Gerente de Desenvolvimento
Mat.: 0237529

Emerson dos Santos
Coordenador Administrativo
Mat.: 0201688

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

8

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

Item 17



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Formão chanfrado 7/8 de polegadas, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Formão do tipo chanfrado é indicado para uso em madeira. Conta com lâmina fabricada em aço cromo-vanádio, oferecendo resistência e durabilidade. Possui cabo em madeira.

- Formão chanfrado
- Fabricado em aço cromo-vanádio
- Medida: 7/8"

- Item 18



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Lápis para Carpinteiro, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

O Jogo de lápis de carpinteiro e marceneiro tem grafite em formato retangular e é indicado para marcações em madeira. Possui 12 peças em formato oval, que impede o deslizamento de superfícies.

Especificações técnicas:

Medida: 180mm
Indicado para marcações
Utilizado em marcenarias, carpintarias, entre outros

- Item 19



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Linha de Nylon para Pedreiro, 100% nylon - Espessura de 0,8mm (Rolo de 100m), conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Linha de pedreiro fabricada em nylon proporcionando durabilidade e eficiência, indicada para alinhamentos em geral em construção civil. Possui carretel que facilita o trabalho e a armazenagem e proteção contra raios UV, pode ser utilizada para pesca, ideal para uso na construção civil, como guia e auxiliar na marcação e alinhamento para assentar tijolos, blocos e pisos.

Especificações Técnicas:

Material: 100% poliamida (Nylon)
Tipo da linha: Lisa
Comprimento: 100,0 m
Espessura: 0,8 mm

Jaldo Gomes Vileira
Diretor Operacional

Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Mat.: 3127534

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

9

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

- Item 20



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Jogo De Chave Combinada de 6 X 22 Mm com 12 Peças

Descrição do Produto

- Jogo composto por chaves combinada em milímetros (mm)
- Composição do jogo: 6; 7; 8; 9; 10; 11; 12; 13; 14; 15; 16; 17; 18; 19; 20; 21; 22 mm
- Fabricadas conforme normas DIN 3113 forma A, ISO 3316 e ISO 7738
- Posição da boca 15°
- Posição da cabeça (lado estrela) 15°
- Acabamento cromado fosco
- Aço cromo vanádio

- Item 21



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Marreta Oitavada/ferro cabo de madeira, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Produzida em aço forjado, proporcionando maior resistência e durabilidade. Possui cabo em madeira, além de ser mais leve e resistente comparado ao cabo de madeira. Possui a fixação do cabo na marreta através de pino elástico e resina, proporcionando maior segurança. Indicada para trabalhos em construção civil. Material da marreta: Aço forjado | Perfil da marreta: Oitavado | Tipo do cabo da marreta: Cabo em fibra | Massa da marreta: Variável.

- Item 22



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Martelo de unha com cabo, conforme certificado Iso e norma ABNT NBR 14888:2013

Descrição do Produto:

Cabo de madeira
Fabricado em aço forjado com acabamento polido e cabeça envernizada
Cabeça: 27mm

Indicações:

- Indicado para carpintarias, marcenarias, construção civil e hobistas

Item 23



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

PÁ QUADRADA REFORCADA, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Jaldo Gomes Vianna
Diretor Gerencial

Antônio Mathheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

10



ANEXO 2 DO TRAMITE 1



Descrição do Produto:

Utilizada na agricultura, construção civil e horticultura, para ajuntar ou carregar materiais diversos, mais usada em superfícies planas

A pá é fabricada em aço carbono especial de alta qualidade
É temperada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso
Recebe pintura eletrolítica a pó, que tem uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação
O cabo desta ferramenta, além de possuir ótima resistência, é produzido com madeira de origem renovável
Comprimento do cabo: 120cm
Altura da pá: 29 cm
Largura da ponta da pá: 24,5 cm

- Item 24



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Picareta alvião tamanho 4 cabo de madeira 90 cm, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Forjada em aço carbono especial de alta qualidade, esta picareta é ideal para ser utilizada na construção civil, para pequenas ou grandes reformas são necessárias ferramentas específicas para que o trabalho seja realizado de maneira correta e precisa. A picareta da Tramontina é ideal para facilitar o dia-a-dia de quem trabalha com superfícies muito duras, pois conta com lâmina em aço forjado. O sistema de encaimento com bucha plástica evita que o cabo se solte da lâmina e ajuda a absorver o impacto durante o uso. Com suas robustas extremidades, as picaretas são ferramentas para cavar terrenos bastante compactados, quebrar e arrancar pedras. São utilizadas na agricultura, jardinagem e construção civil. - A pá larga é utilizada na capina, revolvimento do solo e corte de algumas raízes e a ponta também permite que o usuário possa quebrar eventuais rochas. - Para descarte dos produtos e embalagens siga as orientações de reciclagem vigentes. - A picareta é forjada em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso.

- Item 25



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Pá de Bico com cabo N5 Cabo Y, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Em atividades como agricultura, jardinagem e construção civil, é essencial trabalhar com pás de qualidade. Por isso, a pá de bico foi desenvolvida especialmente para auxiliar nessas áreas. O cabo de madeira e a empunhadura têm um design ergonômico, o que facilita o trabalho durante o uso.

- Item 26



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Sarrafo (Régua) de alumínio para Pedreiro com 3,00m, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Jáldo Gomes Vieira
Diretor Operacional

Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Mat.: 3137529

Edson Manoel dos Santos
Chefe de Departamento
Mat.: 3137529

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

11

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

Descrição do Produto:

A Régua para Pedreiro tem como principal característica a rigidez de um perfil pois é fabricada em alumínio e é utilizada para deixar superfícies ou paredes planas e niveladas. Além disso por ser de alumínio a régua não deforma quando é utilizada, mais qualidade e durabilidade. Produto possui tampas em suas extremidades e é perfeita para uso de acabamento em obras. Disponíveis em dois tamanhos diferentes.

- Item 27



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Sacho coração em aço com cabo de madeira 30 cm

Descrição do Produto:

Sacho coração em aço com cabo de madeira 30 cm, com duas extremidades, podendo ser utilizada para diversas atividades. Além de ter um cabo longo, que oferece maior comodidade na hora da utilização, evitando dores e desconfortos no manuseio. O sachô é temperado em todo o corpo da peça, proporcionando maior resistência e menor desgaste durante o uso. Fabricado em aço carbono especial de alta qualidade, que recebe pintura eletrostática a pó, tendo assim uma melhor apresentação visual e maior proteção contra oxidação. Possui olho de 29 mm de diâmetro. O cabo de 60 cm desta ferramenta, além de possuir ótima resistência, é produzido com madeira de origem renovável, com uma camada protetora em verniz incolor que realça sua tonalidade, concedendo brilho e um toque mais liso ao produto.

O sistema de em acabamento com bucha plástica proporciona excelente fixação do sachô, evitando que os cabos se soltem durante o uso. A bucha absorve a contração da madeira, mantendo o cabo sempre firme, e auxilia na absorção do impacto durante o uso.

Tamanho Aproximado

Comprimento total: 30 cm

Composição

Aço Carbono e Madeira.

- Item 28



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Serrote Profissional 22Pol.

Serrote profissional com cabo em madeira tratada, proporcionando resistência e durabilidade, ideal para serrar superfícies mais grossas de madeira.

- Características:

Cabo em madeira ergonômico envernizado

Dentes travados

Superfície polida

Proteção plástica para os dentes

- Especificações Técnicas:

Largura da lâmina: 22Pol.

Dentes: 5 por polegadas

Lâmina em aço alto carbono temperado e lixado

Jeldo Gomes Vieira
Diretor Operacional

Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Mat.: 3137529

Erivaldo de Jesus Santos
Gerente de Manutenção e Limpeza
Mat.: 3137536

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

12

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

Item 29



OBS.: Imagem meramente ilustrativa, tirada da Internet.

Talhadeira de 5/8x10, conforme a norma ABNT NBR vigente para o produto.

Descrição do Produto:

Produto: Talhadeira redonda manual 5/8 x 10"

Especificações:

Diâmetro: 5/8"

Comprimento: 10

4. RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.3. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, após verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo específico.

4.4. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. GARANTIA

5.1. A garantia será de 06 (seis) meses, contados do recebimento dos bens, salvo se a proposta (Anexo II) prever prazo maior.

5.2. A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para a DESAL e será prestada sob responsabilidade da CONTRATADA, inclusive quando for necessário o transporte de bens ou ainda o traslado e a hospedagem de técnicos da CONTRATADA ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

5.3. A CONTRATADA deverá solucionar todos os vícios e defeitos apresentados pelos bens, dentro do período de garantia, mediante solicitação do Gestor (por e-mail ou correspondência), podendo substituí-los por outros bens, novos e perfeitos, que atendam às mesmas especificações estipuladas neste Termo de Referência.

6. PRAZOS

6.1. O Contrato terá o prazo de vigência de 06 (seis) meses, contados da data da sua assinatura.

6.2. Os bens deverão ser entregues pela CONTRATADA, na sede da DESAL ou em local por ela previamente informado, na quantidade prevista na Ordem de Fornecimento e no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados do recebimento da respectiva Ordem.

6.2.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a metade do prazo total recomendado pelo fabricante.

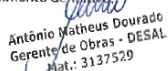
7. OBRIGAÇÕES DA DESAL

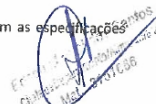
7.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

7.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo.


Jairo Gomes Vieira
Diretor Operacional




Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Mat.: 3137529


PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR
SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
MATERIAIS

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

13

ANEXO 2 DO TRAMITE 1



- 7.3. Comunicar à CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- 7.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado.
- 7.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência e no contrato.
- 7.6. A DESAL não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados ao objeto deste Termo de Referência ou ao respectivo contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

- 8.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 8.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- 8.1.2. Entregar o manual do usuário, quando for o caso, com versão na língua portuguesa e da relação da rede de assistência técnica autorizada.
- 8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- 8.1.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avaria ou defeitos;
- 8.1.5. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

9. ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

- 9.1. O licitante deverá comprovar experiência anterior através de 01 (um) ou mais atestado(s) fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, declarando que o licitante esteja executando ou executou, satisfatoriamente, os serviços pertinentes e compatíveis com objeto desta licitação, que permita o ajuizamento da capacidade atendimento.

10. SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1. Não será permitida a subcontratação do objeto licitatório.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. A DESAL efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, por meio de crédito em conta bancária, na instituição financeira determinada no Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, qual seja, Banco Bradesco S/A, com observância das exceções previstas, em até 30 (trinta) dias a contar da data de apresentação do documento fiscal ou equivalente legal (como nota fiscal eletrônica, fatura, boleto bancário com código de barras, recibo de pagamento a autônomo), e prévia comprovação de regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA, e desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas.

11.2. O pagamento ocorrerá em conformidade com as quantidades efetivamente fornecidas dos bens e/ou prestadas dos serviços, conforme exigido nas respectivas ordens de fornecimento e/ou serviço emitidas pela DESAL.

11.3. O documento fiscal ou equivalente legal deverá respeitar a legislação tributária e conter minimamente, as seguintes informações:

I – Número da Ordem de Fornecimento/Serviço;

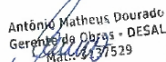
II – Número do Contrato;

III – Descrição detalhada do objeto executado e dos respectivos valores;

IV – Período de referência da execução do objeto;

V – Nome e número do CNPJ da CONTRATADA, cuja regularidade fiscal tenha sido avaliada na fase de habilitação, bem como o número de inscrição na Fazenda Municipal e/ou Estadual, conforme o caso;


Jairo Gomes Vieira
Diretor Operacional


Antônio Matheus Dourado
Gerente de Obras - DESAL
Matr. nº 7529

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

14



ANEXO 2 DO TRAMITE 1



- VI – Nome, telefone e e-mail do responsável pelo documento fiscal ou equivalente legal;
VII – Nome e número do banco e da agência do Bradesco (Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013), bem como o número da conta corrente da CONTRATADA, vinculada ao CNPJ constante do documento fiscal ou equivalente legal, com respectivos dígitos verificadores;
VIII – Tomador de serviços COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR – DESAL, CNPJ nº 63.242.473/0001-15;
IX – Local de execução do objeto;

11.4. Ao documento fiscal ou equivalente deverão ser anexados:

- I – Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS (CRF);
II – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND);
III – Prova de regularidade com a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal da sede da CONTRATADA, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Municipal, ou documento oficial equivalente;
IV – Comprovante de que a CONTRATADA é optante do Simples Nacional, se for o caso;
V – em caso de isenção/imunidade tributária, documentos comprobatórios com a indicação do dispositivo legal que ampara a isenção/imunidade; e
VI – demais documentos solicitados pelo Gestor do Contrato, necessários ao pagamento do objeto contratado.

11.5. Caso não seja observada a obrigação prevista no item 8.4 supra, ou verificadas divergências quando da entrega de tais documentos, a DESAL interromperá o prazo de pagamento, até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras ou comprove a correção dos dados contestados pela DESAL.

11.6. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a DESAL poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

11.7. Caso a DESAL não efetue o pagamento na forma prevista no Contrato, em decorrência de fato não atribuível à CONTRATADA, aos valores devidos serão acrescidos juros de mora de 0,5% (meio por cento) ao mês, *pro rata tempore*, calculados desde o dia do vencimento até a data da efetiva liquidação.

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. A CONTRATADA sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, garantido o contraditório e a ampla defesa, às penalidades previstas na Lei 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da DESAL, sem prejuízo das demais cominações legais, nas situações a seguir:

12.1.1. **ADVERTÊNCIA:** sempre que o ato praticado não tenha acarretado danos à DESAL, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

12.1.2. **MULTA:**

I. De 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou empenho, a depender do prejuízo causado à Administração Pública, quando:

- a) deixar de atender às especificações e quantidades dos bens, previstas no Edital, Contrato ou instrumento equivalente;
b) paralisar o fornecimento do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública sobre o valor do Contrato ou empenho;

II. De 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato ou empenho, nos casos em que a CONTRATADA:

- a) Alterar qualitativa e/ou quantitativamente os bens fornecidos;
b) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou do Contrato, apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos nos processos licitatórios, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

Jaldo Gomes Vieira
Diretor Operacional

Antônio Marcos Dourado
Gerente de Planejamento
Mat.: 3137529

Assinatura Eletrônica

AILTON GUEDES PEREIRA - 27/06/2024 15:00:48

15

ANEXO 2 DO TRAMITE 1

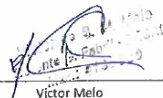


III. Nos casos de retardamento imotivado:

- a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer das obrigações do Contrato, sobre o valor do Contrato;
- b) 15% (quinze por cento) sobre o valor global da proposta pela recusa da adjudicatária em assinar o Contrato dentro de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação;
- c) 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, nos casos de atraso superiores a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão do Contrato.

Salvador/BA, 09 de janeiro de 2024.


Edson Miguel
Chefe de Departamento/Almoxarifado

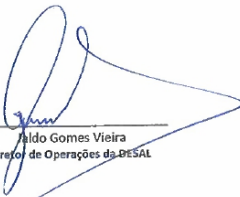

Victor Melo
Gerente Fabril


Antônio Matheus Dourado
Gerência de Obras

APROVAÇÃO TERMO DE REFERÊNCIA

A Diretoria Operacional da DESAL

De acordo e aprovo:


João Gomes Vieira
Diretor de Operações da DESAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 – DESAL
ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA

PMS- PREFEITURA MUNICIPAL DE SALVADOR. DESAL – COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR. COPEL. COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO.		PREGÃO N.º 029/2024	CNPJ:
TEL:	FAX:		
NOME/CONTATO:			

Objeto: Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS**, para atenderem aos setores de produção e obra internas e externas, com entrega **CIF (Custo, Seguro e Frete de Responsabilidade do Fornecedor)**, conforme especificado no item 03 do Termo de Referência.

ITEM	QUANT	UND	DISCRIMINAÇÃO	V. Unit	V. Total
XXX	XXX	XXX	XXXXXXXXXX		

TOTAL R\$			
O Licitante declara ter ciência e aceitar todas as exigências do Edital do Pregão em referência, bem como No preço constante na proposta deverão estar incluídos todos os materiais e consumíveis necessários à fabricação, objeto desta licitação, bem como abranger as despesas e custos da licitante referentes à mão-de-obra, utilização de equipamentos, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas, deslocamento e quaisquer outras despesas direta ou indiretamente relacionadas com o objeto da proposta, bem como o lucro da proponente, ficando esclarecido que o Contratante não admitirá alegação posterior que vise ressarcimento de custos não considerados nos preços ofertados.			
SOLICITANTE	CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	VALIDADE DE PROPOSTA	PRAZO DE ENTREGA
FORNECEDOR DATA ____/____/____ ASSINATURA/CARIMBO		EXIGÊNCIA A – AMOSTRA (EX) B – AMOSTRA E CATALOGO C – CATALOGO D – NENHUMA	
OBS: A entrega do objeto será de acordo com o especificado no Termo de Referência e respectiva Ordem de fornecimento.			

Salvador, ____ de ____ de ____.

(Representante Legal do Licitante)

Obs.: O Licitante deverá observar o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias para a validade da proposta.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024 – DESAL
ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

Contrato nº ____/2024 – DESAL

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE
ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE
DESENVOLVIMENTO URBANO DE
SALVADOR – DESAL E A ++++++, NA
FORMA ABAIXO**

A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR - DESAL, sociedade de economia mista Municipal, com sede nesta cidade na BR 324, km 8,5 – sentido Salvador/Feira de Santana – lado direito – CEP: 41.233.030, Porto Seco – Pirajá / Salvador – Bahia, inscrita no CNPJ sob o nº. 63.242.473/0001-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social e respectiva Ata de Posse, por seu Diretor Presidente, **Virgílio Teixeira Daltro**, e por seu Diretor de Operações, **Jaldo Gomes Vieira**, e a ***** **LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na _____, nº_____, CEP: _____, Bairro _____, Município _____, Estado _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada na forma de seus atos constitutivos, por _____, inscrito(a) no CPF nº _____, em conformidade com o **Processo Administrativo nº 132503/2024**, **Pregão Eletrônico nº 029/2024** e **Licitação nº 029/2024**, observado o disposto na Lei nº 13.303/2016 e no Regulamento de Licitações e Contratos da DESAL, têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. Aquisição de **FERRAMENTAS MANUAIS**, para atenderem aos setores de produção e obra internas e externas, com entrega **CIF (Custo, Seguro e Frete de Responsabilidade do Fornecedor)**, conforme especificado no item 03 do Termo de Referência, (**Anexo I** do Edital do Pregão Eletrônico nº 029/2024 - DESAL) e da proposta apresentada pela CONTRATADA, que passam a fazer parte integrante deste Contrato, naquilo que não lhe for incompatível ou contraditório, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA SEGUNDA – RECEBIMENTO DO OBJETO

2.1. O objeto do contrato deverá ser entregue, pela **CONTRATADA**, na sede da **CONTRATANTE**, ou em local por ela previamente informado, na quantidade prevista na respectiva Ordem de Fornecimento de acordo com a demanda da Desal, no prazo máximo de 10 (**dez**) dias contados do recebimento da respectiva Ordem.

2.2. O bem será recebido provisoriamente no prazo de **5 (cinco)** dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constante no Termo de Referência e/ou proposta.

2.3. O bem poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e/ou proposta, devendo ser substituídos no prazo de **05 (cinco)** dias, a contar da notificação recebida pela **CONTRATADA**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis.

2.4. O bem será recebido definitivamente, no prazo de **15 (quinze)** dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

2.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o item anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

2.6. O recebimento provisório ou definitivo do bem não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes dos vícios verificados no objeto, bem como aqueles resultantes da incorreta execução do contrato.

2.7. Somente será aceito o bem que obedeça à descrição disposta no Termo de Referência e/ou proposta. O bem deverá ser novo, de primeiro uso, entregue em sua condição original com embalagem lacrada, contendo modelo, referência, fabricante, procedência e prazo de garantia e em concordância com o item 4.4 e 4.5 do termo de referência

2.8. Não serão aceitos materiais/produtos com lacres violados ou danificados seja de fábrica ou decorrente do transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. A **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA**, pelo fornecimento do objeto contratado, o valor de até **R\$ ____ (____)**, conforme proposta apresentada, observado o disposto na Cláusula de Pagamento deste Instrumento.

3.1.1. No valor ajustado no item 3.1 acima estão incluídos todos os insumos, encargos trabalhistas e tributos, inclusive contribuições fiscais e parafiscais, bem como quaisquer outras despesas necessárias à execução deste Contrato.

3.1.2. Na hipótese de o objeto ser, a critério da **CONTRATANTE**, parcialmente executado e recebido, os valores previstos nesta Cláusula serão proporcionalmente reduzidos, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

3.1.3. Caso a **CONTRATANTE** não demande o total do objeto previsto neste Contrato, não será devida indenização à **CONTRATADA**.

3.1.4. A **CONTRATADA** deverá arcar com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso os quantitativos previstos inicialmente em sua proposta não sejam satisfatórios para o atendimento ao objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – PAGAMENTO

4.1. A **CONTRATANTE** efetuará o pagamento referente ao objeto deste Contrato, com observância das condições previstas no Termo de Referência, por meio de crédito em conta bancária, na instituição financeira determinada no Decreto Municipal nº 23.856 de 03 de abril de 2013, qual seja, **Banco Bradesco S/A**, em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da respectiva Nota Fiscal em conformidade com a legislação em vigor, desde que tenha sido efetuado ateste pelo Gestor do Contrato das obrigações contratuais assumidas pela **CONTRATADA**.

4.2. A **CONTRATADA** fica obrigada a apresentar, mensalmente, quando da entrega das Notas Fiscais/Faturas, dentro dos respectivos prazos de validade neles previstos, os seguintes documentos: a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; b) Certidão de Regularidade do FGTS (CRF) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

4.3. A não apresentação dos documentos discriminados no item **4.2** supra, quando for o caso, ou a constatação de qualquer irregularidade no cumprimento de tais obrigações, facultará a **CONTRATANTE** reter os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, em razão do presente contrato, até a respectiva regularização, sem qualquer ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

4.4. O pagamento ocorrerá em conformidade com as quantidades efetivamente fornecidas dos bens, conforme exigido nas respectivas ordens de fornecimento emitidas pela **CONTRATANTE**.

4.5. Os pagamentos a serem efetuados em favor da **CONTRATADA** estarão sujeitos, no que couber, às retenções de tributos, nos termos da legislação tributária e com base nas informações prestadas pela **CONTRATADA**.

4.6. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a **CONTRATANTE** poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas, indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA QUINTA– REAJUSTAMENTO

5.1. O preço do Contrato somente poderá ser reajustado, respeitando-se a periodicidade mínima de 12 (doze) meses, na forma da Lei 10.192/2001, tomando-se por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo-Especial (IPCA-E) ou, na sua falta, índice legalmente previsto à época.

CLÁUSULA SEXTA - EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

6.1. A **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA** têm direito à revisão de preços, em consonância com o inciso XXI, do art. 37, da Constituição Federal, desde que ocorra fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, retardador ou impeditivo da execução do Contrato, ou ainda em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, que onere ou desonere as obrigações pactuadas no presente instrumento, sendo, porém, vedada nas hipóteses em que o risco seja contratualmente alocado à **CONTRATADA**, respeitando-se o seguinte:

6.1.1. A revisão de preços poderá ser realizada por iniciativa da **CONTRATANTE** ou mediante solicitação da **CONTRATADA**. Neste último caso, a **CONTRATADA** deverá formular à **CONTRATANTE** requerimento para a revisão do Contrato, comprovando a ocorrência do fato gerador;

6.1.2. A comprovação será realizada por meio de documentos, tais como, atos normativos que criem ou alterem tributos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão;

6.1.3. com o requerimento, a **CONTRATADA** deverá apresentar planilhas de custos unitários, comparativas entre a data da formulação da proposta e o momento do pedido de revisão, contemplando os custos unitários envolvidos e evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor pactuado.

6.2. A **CONTRATADA** deverá solicitar a revisão de preços até o encerramento do Contrato, hipótese em que os efeitos financeiros serão concedidos de modo retroativo a partir do fato gerador, observando-se, ainda que:

6.2.1. Caso o fato gerador da revisão de preços ocorra com antecedência inferior a 60 (sessenta) dias do encerramento do Contrato, a **CONTRATADA** terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar do fato gerador, para solicitar a revisão de preços;

6.2.2. A **CONTRATANTE** deverá analisar o pedido de revisão de preços em até 60 (sessenta) dias, contados da solicitação e da entrega, pela **CONTRATADA**, dos comprovantes de variação dos custos, ficando este prazo suspenso, a critério da **CONTRATANTE**, enquanto a **CONTRATADA** não apresentar a documentação solicitada para a comprovação da variação de custos;

6.2.3. Caso a **CONTRATADA** não solicite a revisão de preços nos prazos ficados acima, não fará jus à mesma, operando-se a renúncia ao seu eventual direito.

CLÁUSULA SÉTIMA – EMPENHO E DOTAÇÃO

7.1. As despesas para a execução deste Contrato correrão à conta dos recursos previstos no orçamento da **CONTRATANTE**, pela Classificação Orçamentária: Subação 201000 - Natureza da Despesa 33.90.30 Fonte Tesouro.

CLÁUSULA OITAVA - PRAZOS

8.1. A **CONTRATADA** deverá entregar o bem contratado no prazo máximo de **10 (dez) dias**, contados do recebimento da respectiva ordem de fornecimento.

8.2. O presente Contrato terá duração de **06 (seis) meses**, contados da data da sua assinatura, nos termos do art. 71 da Lei nº 13.303/2016, tornando - se extinto, antes do referido termo, imotivadamente e sem ônus, na hipótese da conclusão definitiva do seu objeto.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, em especial no Termo de Referência, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016 ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATADA**:

9.1.1. Manter durante a vigência deste Contrato todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, comprovando-as sempre que solicitado pela **CONTRATANTE**;

9.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, bem como a eventual perda dos pressupostos para a licitação;

9.1.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da sua execução;

9.1.4. Reparar todos os danos e prejuízos causados à **CONTRATANTE** ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor do Contrato;

9.1.5. Pagar todos os encargos e tributos, que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre o objeto deste Contrato, podendo a **CONTRATANTE**, a qualquer momento, exigir da **CONTRATADA** a comprovação de sua regularidade;

9.1.6. Permitir vistorias e acompanhamento da execução do objeto pelo Gestor do Contrato;

9.1.7. Obedecer às instruções e aos procedimentos, estabelecidos pela **CONTRATANTE**, para a adequada execução do Contrato;

9.1.8. Designar 01 (um) preposto como responsável pelo Contrato firmado com a **CONTRATANTE**, para participar de eventuais reuniões e ser o interlocutor da **CONTRATADA**, zelando pelo fiel cumprimento das obrigações previstas neste Instrumento.

9.1.9. Fornecer bens novos, sem uso prévio e entregá-los em suas embalagens originais de fábrica, devidamente lacradas, acompanhados de seus manuais de uso e instalação, quando for o caso, estando acondicionados em meio adequado, de forma a permitir completa segurança durante o transporte e a impedir seu uso ou deterioração até a entrega.

CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Além de outras obrigações estabelecidas neste Instrumento, em seus anexos, em especial no Termo de Referência, ou nas leis vigentes, particularmente na Lei nº 13.303/2016, ou que entrarem em vigor, constituem obrigações da **CONTRATANTE**:

10.1.1. Realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste Contrato;

10.1.2. Designar e comunicar à **CONTRATADA** o Gestor do Contrato, a quem caberá o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da execução do objeto do contrato, bem como a liquidação da despesa e o atestado de cumprimento das obrigações assumidas;

10.1.3. Colocar à disposição da **CONTRATADA** todas as informações necessárias à perfeita execução do objeto deste Contrato; e

10.1.4. Comunicar à **CONTRATADA**, por escrito:

I) quaisquer instruções ou procedimentos sobre assuntos relacionados ao Contrato;

II) a abertura de procedimento administrativo para a apuração de condutas irregulares da **CONTRATADA**, concedendo-lhe prazo para defesa; e

III) a aplicação de eventual penalidade, nos termos deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONDUTA ÉTICA

11.1. A **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE** comprometem-se a manter a integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

11.2. A **CONTRATADA** obriga-se, sob pena de rescisão contratual e aplicação das penalidades legais e contratuais pertinentes, a não praticar quaisquer atos lesivos à administração pública, principalmente aqueles indicados no art. 5º da Lei nº12.846/2013, obrigando-se, ainda a:

11.2.1. Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

11.2.2. Impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente da **CONTRATANTE** na execução do objeto do presente Contrato.

11.2.3. Providenciar para que não sejam alocados, na execução dos serviços, familiares de dirigente ou empregado da **CONTRATANTE**, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.

11.2.4. Adotar, na execução dos serviços, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução de poluição.

11.2.5. Verificada uma das situações mencionadas nos subitens **11.2.2** e **11.2.3** desta cláusula, compete à **CONTRATADA** afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato à **CONTRATANTE**, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CESSÃO DE CONTRATO OU DE CRÉDITO, SUCESSÃO CONTRATUAL E SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a cessão deste Contrato, total ou parcialmente, ou de qualquer crédito dele decorrente, bem como a emissão, por parte da **CONTRATADA**, de qualquer título de crédito em razão do mesmo.

12.2. É admitida a sucessão contratual nas hipóteses em que a **CONTRATADA** realizar as operações societárias de fusão, cisão ou incorporação, condicionada aos seguintes requisitos:

12.2.1. Aquiescência prévia da **CONTRATANTE**, que analisará eventuais riscos ou prejuízos decorrentes de tal alteração contratual; e

12.2.2. Manutenção de todas as condições contratuais e requisitos de habilitação originais.

12.3. Caso ocorra a sucessão contratual admitida no item anterior, o sucessor assumirá integralmente a posição do sucedido, passando a ser responsável pela execução do presente Contrato, fazendo jus, por conseguinte, ao recebimento dos créditos dele decorrentes.

12.4. É vedada a subcontratação para a execução do objeto deste Contrato, salvo se expressamente previsto e nas condições dispostas no respectivo Edital.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – PENALIDADES

13.1. A **CONTRATADA** sujeitar-se-á, no caso de cometimento de infrações ou inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei nº 13.303/2016, no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**, sem prejuízo das demais cominações, nas situações a seguir:

13.1.1. Advertência - sempre que o ato praticado não tenha acarretado danos à **CONTRATANTE**, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, e que não justifique a imposição de penalidade mais gravosa;

13.1.2. Multa:

I - de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, a depender do prejuízo causado à **CONTRATANTE**, quando a **CONTRATADA**:

a) deixar de atender às especificações e quantidades dos bens, prevista no Termo de Referência, Anexo I do respectivo Edital;

b) paralisar o fornecimento do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à **CONTRATANTE** sobre o valor do Contrato;

II – de 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos em que a **CONTRATADA**:

a) alterar qualitativa e/ou quantitativamente os bens fornecidos;

b) praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos deste Contrato, apresentar documentos falsificados, adulterados ou inverídicos nos procedimentos licitatórios, sofrer condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de qualquer tributo.

III – Nos casos de retardamento imotivado:

a) 0,3% (três décimos por cento) ao dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso injustificado no cumprimento de quaisquer das obrigações previstas neste Contrato, sobre o valor do Contrato;

b) 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, nos casos de atrasos superiores a 30 (trinta) dias, com a consequente rescisão do Contrato.

13.1.3. Impedimento para licitar e contratar - Ficar impedido de licitar e de contratar com a DESAL e com o Município de Salvador, pelo prazo de até três anos, bem como, será descredenciado do sistema de cadastro municipal por igual prazo, e será aplicada multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta, sem prejuízo das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: a) não assinar o contrato; b) não entregar a documentação exigida no edital; c) apresentar documentação falsa; d) não manter a proposta; e) declarar informações falsas; e f) cometer fraude fiscal.

13.2. As penalidades indicadas nesta Cláusula somente poderão ser aplicadas após procedimento administrativo, e desde que assegurados o contraditório e a ampla defesa, facultada à **CONTRATADA** a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.3. Contra a decisão de aplicação de penalidade, a **CONTRATADA** poderá interpor o recurso cabível, na forma e prazo previstos no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da **CONTRATANTE**.

13.4. A imposição de penalidade prevista nesta Cláusula não impede a rescisão do Contrato pela **CONTRATANTE**, nos termos da legislação aplicável e deste Contrato.

13.5. A multa prevista nesta Cláusula poderá ser aplicada juntamente com as demais penalidades.

13.6. A multa aplicada à **CONTRATADA** e os prejuízos causados à **CONTRATANTE** serão deduzidos de quaisquer créditos a ele devidos, assim como da garantia prestada, ressalvada a possibilidade de cobrança judicial da diferença eventualmente não coberta pelos mencionados créditos.

13.7. O total das multas aplicadas não poderá exceder a 30% (trinta por cento) do valor global do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

14.1. O presente Contrato poderá ser alterado, por acordo entre as partes, nas hipóteses disciplinadas no art. 81 da Lei nº 13.303/2016, entre outras legal ou contratualmente previstas, observando-se que:

14.1.1. As alterações devem preservar o equilíbrio econômico-financeiro do Contrato;

14.1.2. É vedada a modificação contratual que desnature o objeto da contratação ou afete as condições essenciais previstas no Termo de Referência.

14.2. Em atenção aos princípios que regem as relações contratuais, nas hipóteses em que for imprescindível a alteração deste Contrato para viabilizar sua plena execução, conforme demonstrado em processo administrativo, não caberá a recusa das partes à respectiva formalização, salvo em caso de justo motivo, devidamente comprovado pela parte que o alegar.

14.3. A parte que, injustificadamente, se recusar a promover a alteração contratual indicada no item anterior deverá responder pelos danos eventualmente causados, sem prejuízo das demais consequências previstas neste contrato e na legislação vigente.

14.4. As alterações contratuais serão formalizadas mediante instrumento aditivo, ressalvadas as hipóteses legais que admitem a alteração por apostilamento e os pequenos ajustes necessários à eventual correção de erros materiais ou à alteração de dados acessórios do Contrato, que poderão ser celebrados por meio epistolar.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – RESCISÃO DO CONTRATO

15.1. Sem prejuízo do quanto disposto na cláusula décima quarta, quando for o caso, o presente Contrato poderá ser rescindido de acordo com as hipóteses previstas em Lei específica, convencionando-se, ainda, que é cabível a sua rescisão:

15.1.1. Em razão do inadimplemento total ou parcial de qualquer de suas obrigações, caso a parte inocente não sanei a irregularidade no prazo máximo previsto em comunicação escrita;

15.1.2. Em virtude da suspensão da execução do Contrato, por ordem escrita da **CONTRATANTE**, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo;

15.1.3. Quando for decretada a falência da **CONTRATADA**;

15.1.4. Caso a **CONTRATADA** perca uma das condições de habilitação exigidas quando da contratação;

15.1.5. Caso a **CONTRATADA** seja declarada inidônea pela União, por Estado, Município ou pelo Distrito Federal;

15.1.6. Em função da suspensão do direito de a **CONTRATADA** licitar ou contratar com a **CONTRATANTE**;

15.1.7. Na hipótese de caracterização de ato lesivo à Administração Pública, nos termos da Lei, cometido pela **CONTRATADA** no processo de contratação ou por ocasião da execução contratual;

15.1.8. Em razão da dissolução da **CONTRATADA**;

15.1.9. Quando da ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do Contrato;

15.1.10. Mediante distrato.

15.2. Caracteriza inadimplemento das obrigações de pagamento pecuniário do presente Contrato, a mora superior a 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – VINCULAÇÃO AO EDITAL

16.1. Fica a **CONTRATADA**, durante a execução deste Contrato, vinculada ao Edital de Licitação nº 029/2024 - DESAL, Pregão Eletrônico nº 029/2024 - DESAL e seus respectivos anexos, bem como ao lance ou proposta vencedora, independentemente de suas transcrições.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

17.1. Obriga-se a **CONTRATADA** manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – GARANTIA DE FORNECIMENTO

18.1. A garantia será de 6 (seis) meses, contados do recebimento dos bens, salvo se a proposta previr prazo maior.

18.2. A garantia ocorrerá sem nenhum ônus para a DESAL e será prestada sob responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive quando for necessário o transporte de

bens ou ainda o traslado e a hospedagem de técnicos da **CONTRATADA** ou qualquer outro tipo de serviço necessário para o cumprimento da garantia.

18.3. A **CONTRATADA** deverá solucionar todos os vícios e defeitos apresentados pelos bens, dentro do período de garantia, mediante solicitação do Gestor (por e-mail ou correspondência), podendo substituí-los por outros bens, novos e perfeitos, que atendam às mesmas especificações estipuladas neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

19.1. As partes declaram, para os devidos fins, que a presente relação contratual não envolverá o compartilhamento de dados pessoais e/ou de dados pessoais sensíveis de terceiros, salvo aqueles pertencentes aos seus representantes legais e/ou procuradores e/ou colaboradores, para fins de formalização/assinatura deste Instrumento e execução do objeto deste Contrato, os quais serão tratados de acordo com as disposições previstas na Lei nº 13.709/2018 e suas alterações posteriores.

19.2. Ao fim do contrato, os dados pessoais serão eliminados (incluindo cópias) de forma segura, respeitando o preconizado na LGPD, ressalvada a possibilidade de sua conservação, no prazo máximo indicado pelo Controlador, para cumprimento de obrigação legal ou regulatória exclusiva do Controlador, vedada a transferência e/ou acesso por parte de terceiros.

19.2.1. Uma vez eliminados os dados pessoais, fica o Operador obrigado a fornecer ao Controlador relatório de responsabilidade, devidamente assinado por seu representante legal, assegurando que os dados pessoais foram eliminados de forma segura.

19.3. A parte que, em razão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais causar a outrem dano patrimonial, moral, individual ou coletivo, devido a um incidente de segurança ou por violação à legislação de proteção de dados pessoais, é obrigada a repará-lo.

19.3.1. O Operador responderá solidariamente pelos danos causados pelo tratamento quando descumprir as obrigações da legislação de proteção de dados ou quando não tiver seguido as instruções lícitas do Controlador, salvo nos casos de exclusão, previstos em Lei;

19.3.2. O Controlador que estiver diretamente envolvido no tratamento do qual decorram danos ao titular dos dados responderá solidariamente, salvo nos casos de exclusão previstos em Lei.

19.4. Para o fim das obrigações das partes constantes nesta cláusula, entende-se por: I - DADOS PESSOAIS (art. 5º, I da Lei nº 13.709/2018) – informações relacionadas à pessoa natural identificada ou identificável; II - DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS (art. 5º, II da Lei nº 13.709/2018) – dados pessoais sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural; III - TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (art. 5º, X da Lei nº 13.709/2018) – toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração; IV – CONTROLADOR (art. 5º, VI da Lei nº 13.709/2018): a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais, especialmente relativas às finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; V – OPERADOR (art. 5º, VII da Lei nº 13.709/2018): parte que trata dados pessoais de acordo com as instruções do CONTROLADOR; VI – INCIDENTE DE SEGURANÇA – qualquer acesso, aquisição, uso, modificação, divulgação, perda, destruição ou dano acidental, ilegal ou não autorizado que envolva dados pessoais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. Integram o presente Contrato: I - Termo de Referência do Processo Administrativo nº 132503/2024 – DESAL e II – Proposta Vencedora;

20.2. Os representantes legais signatários do presente contrato declaram, para todos os fins de direito, que estão autorizados por seus estatutos ou contratos sociais a representar as respectivas pessoas jurídicas, bem como a celebrar, alterar e rescindir o presente instrumento.

20.3. Qualquer omissão ou tolerância das partes, quando a exigir o estrito cumprimento das cláusulas e condições deste contrato ou quando a exercer qualquer direito nele previsto, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará o direito da parte de exercê-lo a qualquer tempo.

20.4. O presente contrato não estabelece entre as partes contratantes qualquer forma de sociedade, associação, relação de emprego ou responsabilidade solidária ou subsidiária.

20.5. Todos os avisos e notificações referentes a este contrato deverão ser realizados por escrito e encaminhados para os endereços constantes no preâmbulo deste instrumento, e poderão ser enviados por qualquer uma das seguintes formas: pessoalmente, ao representante legal, mediante recibo; carta protocolada ou registrada (AR ou SEDEX), por Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou correio eletrônico, com aviso de recebimento.

20.6. Obrigam-se as partes a comunicar, mediante carta protocolada, qualquer mudança nos endereços informados no preâmbulo deste instrumento, sob pena de não o fazendo, serem consideradas válidas quaisquer comunicações, cartas, avisos, correspondências, interpelações, notificações e citações enviadas para o endereço das partes constantes do mesmo.

20.7. A CONTRATADA responderá regressivamente perante a CONTRATANTE em qualquer ação que esta seja acionada em decorrência de obrigações que, por força do presente contrato, coubesse à CONTRATADA, seus sócios e/ou colaboradores observar, diligenciar, cumprir e/ou honrar, obrigando-se a CONTRATADA a aceitar a sua denúncia à lide, nos termos do inciso II do art. 125 do CPC, ficando, todavia, livre para, querendo, apresentar sua contestação, na respectiva ação

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – FORO

21.1. É competente o foro de Salvador/BA para solucionar eventuais litígios decorrentes deste Contrato, afastado qualquer outro, por mais privilegiado que seja. As folhas deste Contrato são rubricadas pela Assessoria Jurídica da **CONTRATANTE**, apenas para conferência de sua redação, por autorização do representante legal.

Firmam o presente Instrumento, redigido em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, juntamente com as testemunhas abaixo.

Salvador/BA, ____ de _____ de ____.

Virgílio Teixeira Daltro
Diretor Presidente

Jaldo Gomes Vieira
Diretor de Operações

NOME DA EMPRESA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL

Testemunhas:

1. _____
CPF/MF Nº _____

2. _____
CPF/MF Nº _____

ANEXO IV

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME - _____

N.º DE IDENTIDADE - _____

ÓRGÃO EMISSOR - _____

CPF - _____

ENDEREÇO COMPLETO DA PESSOA JURÍDICA - _____

Salvador, _____ de _____ de _____.

Assinatura e Carimbo

OBS.: Informar acima os dados do responsável pela assinatura do futuro contrato.

ANEXO V

**DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO
AO INCISO XXXIII DO ART. 7.º DA CONSTITUIÇÃO**

(nome _____ da _____ empresa)
_____, inscrita no
CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal,
Sr(a) _____, portador da carteira de identidade nº
_____, e do CPF nº _____, sediada (endereço completo)
_____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da
Lei 8.666/93, acrescido pela Lei n.º 9.854/99, que não emprega menores de 18
(dezoito) anos para realização de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como
não emprega, para qualquer trabalho, menores de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz.

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

(cidade), ____ de _____ de ____.

(nome e nº de identidade do declarante)

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO
À PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÕES PROMOVIDAS POR ÓRGÃOS OU
ENTIDADES PÚBLICAS NO ÂMBITO MUNICIPAL

Eu....., representante legal da
empresa, interessada em
participar do procedimento licitatório relativo ao **PREGÃO ELETRÔNICO nº
029/2024**, realizado pela Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador –
DESAL, **DECLARO**, sob as penas da lei, a inexistência de superveniência de fato
impeditivo à nossa participação em licitações promovidas por órgãos ou
Entidades Públicas, no âmbito Municipal.

Salvador, de de .

(Carimbo da empresa, nome e cargo da pessoa que assina)

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

[IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE], como representante devidamente constituído de [IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE] (doravante denominado [Licitante]), para fins do disposto no Edital do Pregão Eletrônico nº 0XX/2024. , declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente [pelo Licitante], e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº 0XX/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 0XX/2024, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) Não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 0XX/2024, quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) O conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado a ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão Eletrônico nº. 0XX/2024 antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) O conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer integrante da DESAL – Companhia de Desenvolvimento Urbano de Salvador antes da abertura oficial das propostas;

(f) Está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

ANEXO VIII

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º ____/____.

Ao

(endereço)

A Empresa _____ com sede na cidade de _____, na (rua, avenida etc) _____, n.º _____, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____, Conta Corrente: _____ Ag.: _____ Banco: _____, neste ato representada por _____, abaixo assinado, inscrito no CPF sob o n.º _____, portador da carteira de identidade n.º _____, **DECLARA**, sob as penalidades da Lei, que se enquadra como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte nos termos do art.3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º do referido diploma legal.

(Local e data)

(representante legal)

ANEXO IX

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTOS CONSTANTES
DO ART.38 DA LEI 13.303/2016**

À COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DE SALVADOR – DESAL

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2024

Prezados Senhores,

A Proponente < _____ > DECLARA, sob as penas da Lei, que NÃO se enquadra em quaisquer das hipóteses de impedimento para licitar e contratar com a DESAL, previstas no art. 38, e seu respectivo parágrafo único, da Lei Federal nº 13.303/2016.

(cidade), ____ de _____ de ____.

(nome e nº de identidade do representante legal declarante)